

“O ALVORECER DA REPÚBLICA NO BRASIL: EM BUSCA DA CIVILIZAÇÃO”

Aluno: Waleska Souto Maia

Orientadora: Berenice Cavalcante

I – Relatório Técnico:

Este texto visa informar metodologias e práticas utilizadas pelos pesquisadores do projeto “Nem Tanto ao Mar Nem Tanto a Terra... as Modernas Tradições Brasileiras”, sob a orientação da professora Berenice Cavalcante; assim como, descrever as leituras realizadas até o momento.

• **Práticas do grupo**

A pesquisa é constituída pelo grupo de três bolsistas, que mantêm a prática de encontros em reuniões semanais, que proporcionam o intercruzamento das fontes primárias, oriundas de diferentes matrizes, como descreverei posteriormente. Para além deste movimento descrito, as reuniões servem de reflexão acerca do aprofundamento e diálogo das leituras de textos teóricos, lidos individualmente durante a semana, e o diálogo possível entre tais textos teóricos e as fontes dos jornais.

Os debates decorrentes das reuniões semanais, nos indicam chaves de questionamentos referentes ao projeto, e conseqüentemente nos levam, a escolha do objeto / tema que nos centraremos, dentro das possibilidades pensadas para o referido projeto. Trata-se da elaboração de reflexões que associam o conhecimento teórico presente na historiografia, sobre o tema em debate, e as fontes primárias. Com esta base realizamos a escolha de um determinado foco, o que está diretamente interligado ao ofício do historiador, que por sua vez encontra-se, incessantemente, realizando escolhas e chaves de questionamento.

As fontes documentais utilizadas são oriundas da pesquisa em periódicos, realizada semanalmente na Biblioteca Nacional. Trata-se de documentos selecionados e copiados da Seção de Periódicos da mesma instituição. A seleção é feita de acordo com as reflexões decorrentes das reuniões, igualmente semanais – como descrevi anteriormente.

• **Atividades desenvolvidas**

Apresentação de seminários no evento realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro “PUC por um dia”.

• **Leituras e discussões**

Como assinali anteriormente, as leituras e debates providos semanalmente possuem um papel fundamental no andamento do projeto. As leituras teóricas realizadas foram:

STARLING, Heloísa. Sérgio Cardoso org. “*A República e o Subúrbio: Imaginação Literária e Republicanismo no Brasil.*” In. Retorno ao Republicanismo. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004.

Sérgio Cardoso org. “Apresentação” In. Retorno ao Republicanismo. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004.

BIGNOTTO, Newton. Sérgio Cardoso org. “Problemas Atuais da Teoria Republicana” In. Retorno ao Republicanismo. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004.

CARDOSO, Sérgio; Sérgio Cardoso org. “*Por que República? Notas Sobre o Ideário Democrático e Republicanismo*” In. Retorno ao Republicanismo. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2004

SODRÉ Nelson W. História da Imprensa no Brasil; Rio de Janeiro : MAUAD, 1999

ELIAS; Nobert. O Processo Civilizador; Rio de Janeiro : J. Zahar, 1993-1994.

STAROBINSKI, Jean. As Máscaras da Civilização; Companhia das Letras 2001

STARLING; Heloísa Maria Murgel. Org. Berenice Cavalcante. “Uma República pelas tabelas” In. Decantando a República: Inventário Histórico e Político da Canção Popular Brasileira. Vol2. Rio de Janeiro Editora Nova Fronteira e Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

- **Levantamentos de fontes primárias**

O levantamento das fontes primárias é realizado durante a visita semanal aos arquivos da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos. A permanência no arquivo tem em média cinco horas.

Selecionamos os periódicos com as características que mais se relacionavam com o objetivo desta etapa do projeto. Os periódicos selecionados foram essencialmente:

“*O Jornal do Brasil*”

“*Jornal do Comércio*”

“*Revista da Semana*”

“*O Paíz*”

II – Documentos de Trabalho

Neste período de pesquisa elaborei alguns textos relacionando as questões debatidas nas reuniões e que de certa forma auxiliaram-me na pesquisa. Seguem em anexo alguns dos principais frutos de tais esforços. Estes trabalhos me ajudaram, ainda, na melhor organização e sistematização das idéias e questionamentos presentes neste relatório.

Ver anexo após o Estado da Questão do Projeto.

Estado da Questão do Projeto [período: Janeiro de 2005 à Agosto de 2006].

A análise central deste relatório está na reflexão acerca da representação que os contemporâneos da primeira república entre os anos de 1889 até meados de 1910, tinham acerca do novo regime que se implantava, a República. O foco estará na associação de República ao conceito de civilização de acordo com as singularidades da experiência brasileira no referido momento, o que Heloísa Starling denominou de *paramodernidade*.

Heloísa Starling, em *Retorno ao Republicanismo*, analisa algumas percepções de República no alvorecer do regime em especial a dificuldade de se criar a esfera pública e a conceituação da experiência *paramoderna* no período em questão. Neste relatório a análise da autora será complexificada, contando para tanto, principalmente com: Nelson W. Sodré - *História da Imprensa no Brasil*; Nobert Elias - *O Processo Civilizador* e Jean Starobinski - *As Máscaras da Civilização: ensaios*.

Neste sentido, analiso as aspirações de muitos contemporâneos daquele momento inicial, o regime é associado a um ideal de civilização.

Antes de iniciar a reflexão propriamente dita é mister ressaltar a natureza das fontes documentais usadas na elaboração deste relatório. Trata-se de registros da imprensa brasileira, mais especificamente carioca, em que foram mantidos os grandes jornais, além de entrarem em cena outros diferentes periódicos. Realizei a leitura, mais profundamente, de quatro periódicos: *O País*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil* e *Revista da Samana*.

O Momento estudado caracteriza-se pela significativa modernização da imprensa e consequentemente de sua produção e circulação. Em especial no Rio de Janeiro, *Capital Federal*, as transformações são verdadeiramente percebidas. Os jornais, como nos assinala Nelson W. Sodré, começam a tomar tons empresariais, e ainda, aliam-se a determinados pensamentos políticos.

O País, jornal que de Quintino Bocaiúva, figura destacada da imprensa e do cenário político, um dos fundadores do Partido Republicano, convidado ao ministério do Governo Provisório, sob chefia de Deodoro, entre outras importantes ações, era órgão de propaganda republicana.

O Jornal do Comércio mantendo sua tradição tinha características conservadoras, sendo lido por homens como políticos, funcionários graduados.

Já o *Jornal do Brasil*, criado apenas em 1891 reunia elementos e personagens que, de maneira geral, eram críticos a República, possuindo um viés monarquista. Um exemplo bastante claro que ilustra tal afirmação é a presença de Joaquim Nabuco no mesmo. Isto não significa que segundo o próprio editorial de lançamento, negassem o “*dever nosso de patriotismo cooperar*”... Em meados de 1900 surge a *Revista da Semana*, fundada por Alvaro Tefé, como suplemento ilustrado do *Jornal do Brasil*, como nos assinala Nelson W. Sodré.

O fato é que indiscutivelmente a imprensa era bastante variada, vasta e ia conquistando um espaço significativo para a formação da opinião pública. Nesta medida, parece interessante buscar, os debates em torno sobre da política e sobre a percepção sobre a República, difundidos na imprensa naquele momento. E ainda, perceber que apesar da nítida associação dos jornais a determinadas posturas políticas, como assinala Nelson W. Sodré, existem diferentes falas e posições que podem ser buscadas entre os diversos periódicos e mesmo no interior de cada um deles.

Para alguns jornalistas daquele momento o jornal trazia a “*voz de opinião pública*,” e teria a função daquele que:

“*age e reage sobre as massas, como um instrumento de crítica e de construção, refletindo-lhes os sentimentos, os entusiasmos e as paixões nobres, corrigindo entre estas e aquelas os que deles*

antes parece um desvio... coordenando e organizando...” (Jornal do Brasil 15 de novembro de 1918) .

A partir do fragmento, fica explícito que esta função estendeu-se por um tempo significativo.

É importante, ainda, assinalar que o *Jornal do Comércio*, *O Paíz* e mais tarde o *Jornal do Brasil* se apresentavam neste cenário como grandes jornais, de ampla circulação e que conseqüentemente ganham características empresariais e, principalmente, uma participação e divulgação significativas na sociedade.

A partir desta rápida caracterização das fontes documentais utilizadas na pesquisa passo para a análise sobre a maneira como o regime republicano fora percebido, em suas primeiras décadas. Nota-se – por grande parte dos articulistas - uma associação entre o ideal de República e o conceito de civilização, percepção que se verifica essencialmente aos anos que precedem 1910. Esta divisão cronológica se faz necessária, na medida em que o debate em torno do conceito de civilização e valores associados ao mesmo, a partir daquele ano, se volta para temas religiosos, de gênero e, a partir de 1914, se direciona essencialmente para a guerra, entre outras temáticas que fogem ao meu campo de pesquisa neste momento.

Inicialmente é importante ter clareza que o conceito de civilização a que me refiro se aproxima do conceito francês e inglês de civilização, podendo se referir a fatos políticos, econômicos e sociais, mas também, a atitudes e comportamentos.

Um elemento que nos possibilita associar o ideal de *república* ao conceito de *civilização* se dá pelo fato de que como nos lembra J. Starobinski, *civilização* em sua concepção moderna, tal como nos valores franceses, tem estreitas relações com a idéia de progresso, e à imagem de polir e aperfeiçoar. Em concordância com esta análise, Nobeit Elias nos aponta que tanto quanto no conceito inglês quanto no francês de *civilização* se descreve enquanto um processo relacionado a um *devoir* que nos leva sempre para frente.

É bastante notável que, inúmeras vezes, a idéia de república, no cenário brasileiro, associa-se à idéia de progresso, civilização e aperfeiçoamento. Uma “*marcha evolutiva*” que mais cedo ou mais tarde deveria levar ao “*aperfeiçoamento estrutural da nossa organização republicana.*” (15 de novembro de 1898 *O Paíz*)

Na sociedade brasileira da primeira República, grande parte dos defensores da República, acreditava que o regime e sua defesa significariam: “*substituir paixões individuais pela lei*” (15 de novembro de 1894 *Jornal do Comércio*), tratar-se-ia do desenvolvimento da “*razão livre*” característica de “*todos os centros de civilização*” (15 de novembro de 1895 *O Paíz*).

Desta forma podemos perceber que o que se desejava alcançar com a república seria justamente a função de um regime que se associasse “a razão livre”, característica de “*todos os centros de civilização*”. Em oposição a este ideal estavam as “*paixões individuais*”, que deveriam ser substituídas pela “*lei*”. Nas aspirações dos defensores da República era como se a mesma tivesse a função de polir/educar e conduzir os indivíduos à livre razão, que, não custa repetir, se oporia às “*paixões individuais*”.

Em outros artigos, percebemos a defesa de que a “*razão livre*” presente nos “*centros de civilização*” e associada à República, se opõe ao denominado “*egoísmo irrefletido, a que o instinto animal subjuga o homem...*” (*Jornal do Comércio* 15 de Novembro de 1893).

Apesar dos adeptos da República associarem sua imagem à idéia de civilização, ao polir ao educar os indivíduos para a “*razão livre*” e ao respeito às leis em oposição as “*paixões individuais*”, sabemos, como nos assinala constantemente a historiografia, que a realidade vivida no cenário brasileiro da primeira República era diversa, matem o que o um contemporâneo denominou de: “*à máscara do voto que levaria o abatimento moral da nação*” (*O Paíz* 14 de novembro de 1902) e ainda pelo predomínio de “*interesses*

particulares,[que] desprezavam os interesses públicos” (15 de novembro de 1906 *Jornal do Comércio*).

Como os defensores da República enquanto um processo civilizador justificariam a realidade daquele momento permeado por “*interesses particulares*”? E ainda, de que forma compreender que a República contribuísse para o “*abatimento moral da nação*” ?

Até 1902, a maioria dos articulistas justificam o cenário político do jovem regime republicano de forma negativa em razão dos “*erros que vêm principalmente da incompreensão do regime*” (*O Paiz* 15 de novembro de 1892). Tal incompreensão levaria ao “*deletério ambiente moral*” (15 de novembro de 1892 *O Paiz*), ou à denominada “*anarquia moral*” (17 de novembro 1893 *O Paiz*).

Contudo, após esta primeira análise, os jornalistas passam, em sua maioria, a alegar que o problema que levaria ao “*deletério ambiente moral*” republicano, não estava tanto na incompreensão do regime, mas, no “*envelhecimento político e moral, causado pela sua política sem escrúpulos*” (*O Paiz*, 15 de novembro de 1902) .

Mantinha-se a idéia negativa do cenário brasileiro da primeira República, mas, agora atribuía-se a responsabilidade aos agentes da sociedade e a já desde antes denunciada “*politicagem*” (1895 *O Paiz*) e o “*espírito de caudilhagem e usurpação*” (17 de novembro de 1893 *O Paiz*).

Após 1902¹ evidencia-se, para uma grande parte dos contemporâneos, a visão de que a República era tomada por interesses pessoais e se distanciava da *res pública* (coisa pública). Tal perspectiva é denunciada por um contemporâneo ao alegar que “*o regime só é sustentado por parte da nação - quando deve sê-lo por toda a nação*”. (*Jornal do Comércio*, 15 de novembro de 1892”).

Trata-se do que Heloísa Starling denomina, em seu artigo, de “*corrupção de valores*”:

“*o perigo de apropriação do poder de forma individual ou por uma facção*”.²

A partir desta análise a historiadora analisa alguns textos literários buscando traçar certos aspectos do imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e início do XX. Tendo como referência a sátira política de Machado e Assis “*Sereníssima República*” escrita seis anos antes da Proclamação da República, ela nos faz notar uma espécie de “*miniatura em alta definição da sociedade brasileira tal como a percebia [segundo o escritor]*”.³ Em suas palavras:

“*A corrupção [...] provém da dificuldade dos homens [...] produzirem um mundo de significados comuns, vale dizer, produzirem um lugar, uma linguagem e uma história que lhes permitam criar as condições para partilharem um conjunto específico de valores e decidirem, com base nesses valores, sobre quais critérios aplicar diante de sua própria condição de insaciabilidade.*”⁴

¹ Devemos lembrar que 1902 é o momento em que se estabelece a Política dos governadores, arranjo onde as disputas políticas eram reduzidas, chegava-se a um acordo entre a União e os Estados (prestigiando os grupos mais fortes), domesticava a escolha dos deputados entre outras características que estão melhor especificadas no anexo I das páginas 13 e 14. Trata-se do período que Renato Lessa denominou de “Rotina”.

² Heloíza Starling *A República e o Subúrbio* pp.169

^{3 3} Vide o artigo de Heloísa Starling “A República e o Subúrbio: Imaginação Literária e Republicanismo no Brasil”, presente na obra “Retorno ao republicanismo” pp170, da editora Humanitas em 2004, organizado por Sérgio Cardoso.

⁴ Vide o artigo de Heloísa Starling “A República e o Subúrbio: Imaginação Literária e Republicanismo no Brasil”, presente na obra “Retorno ao republicanismo” pp169, da editora Humanitas em 2004, organizado por Sérgio Cardoso.

É perceptível entre os contemporâneos do início da República a opinião de que naquela sociedade prevalecia o “*universo de desejos, aspirações e interesses particulares*”⁵, a personalidade que dava a sociedade uma certa descrença no regime republicano. Era como se para aqueles homens e mulheres a República se caracterizasse por ser:

“[...] incapaz de oferecer ao cidadão condições efetivas de participação ativa nos espaços políticos que constituem a base de sustentação de uma vida pública”.⁶

Consequentemente nota-se na primeira República a ausência de aproximação por grande parte da sociedade para com o regime que se manifestava pela descrença na validade do voto e naqueles que deveriam ser os representantes da Nação. Era como se a República recriasse a exclusão de grande parcela da sociedade na esfera pública e mantivesse, através de novos mecanismos, certa hierarquia e personalidade que acaba por esvaziar a esfera pública em detrimento da esfera privada.

A República e a modernização do Brasil, que foi apresentada como advento republicano, traziam consigo, nas palavras de Heloísa Starling :

“o padrão de mecanismos e procedimentos que orientam o desenrolar dos processos de modernização no Brasil e produz um fenômeno caracteristicamente nosso: a experiência paramoderna .”

Tal experiência [*paramoderna*] se traduziria em elementos particulares à história brasileira, mais especificamente da modernidade brasileira. Nota-se nesse quadro uma série de impasses e variações do que pode ser chamado de “modernidade ocidental”. Trata-se de uma população que por trás das Avenidas e reformas, modernizantes, vivenciadas na primeira República, na cidade do Rio de Janeiro, mantém uma estrutura ossificada, pautada na hierarquia social, e personalidade que acaba por fundir o *público* e o *privado* e, de certa forma, reconstrói a exclusão.⁷

A experiência “*paramoderna*” refletiria em um:

“[Um] Moderno ambíguo, capaz de produzir um mecanismo perverso, no interior do qual [não há] expansão do ideal de cidadania”.⁸

É interessante notar que neste cenário o “parecer ser” moderno, sob a face de um “verniz modernizante”, se faz mais relevante – para determinadas pessoas, interessadas em manter a hierarquia da sociedade - do que mudar o que está por trás das estruturas, ou melhor, os costumes e valores. Desta forma, não negamos que havia os que se preocupavam com uma transformação nos costumes da sociedade, mas percebemos na sociedade brasileira, do início da implantação da República, o que Heloísa Starling denominou de “*corrupção de valores*”, o que significaria a não solidificação de um conjunto de valores comuns que acabam por submeter a *res pública* aos personalismos e projetos individuais.

Contudo, ao contrário do que se poderíamos concluir, esta denominada “*corrupção de valores*” não se daria simplesmente devido à falta de esforço em fundar a República, pois

⁵ idem

⁶ Vide o artigo de Heloísa Starling “A República e o Subúrbio: Imaginação Literária e Republicanismo no Brasil”, presente na obra “Retorno ao republicanismo” pp170, da editora Humanitas em 2004, organizado por Sérgio Cardoso.

⁷ Para um maior aprofundamento sobre o conceito de *paramodernidade* vide Relatório PIBIC- 2005.2 de Waleska Souto Maia.

⁸ Vide o artigo de Heloísa Starling “A República e o Subúrbio : Imaginação Literária e Republicanismo no Brasil”, presente na obra “Retorno ao Republicanismo” pp.182, da editora Humanitas, em 2004, organizado por Sérgio Cardoso.

como podemos perceber no estudo da colega de pesquisa Diana Sandes, havia vários projetos e esforços em prol da mesma. Porém devemos associar a “*corrupção de valores*” à dificuldade em se construir um projeto coletivo descentralizado de particularismos e intenções que partem de indivíduos e não do coletivo.

A sensação de que o problema fundamental da República estava nesta “*corrupção de valores*” leva ao contemporâneo a tecer o seguinte comentário:

“*O que está exigindo urgente saneamento é o senso comum e o senso moral*” (O País 16 de novembro 1898)

Em suma, poderíamos concluir que de 1889 até meados de 1910 percebemos entre os agentes sociais brasileiros, um ideal de que a República deveria, de certa forma, civilizar os valores da sociedade brasileira. Todavia, a realidade vivenciada por aqueles homens era bastante diversa de suas expectativas. Neste cenário, observa-se uma experiência única, característica do processo de modernização brasileira, durante a primeira República, experiência esta denominada por Heloísa Starling como *paramoderna*.

É preciso estarmos atentos para o fato de que a experiência brasileira não está meramente sendo colocada de forma paralela ao processo de modernidade ocidental. Trata-se de uma experiência que muitas vezes possui como meta uma modernidade detectada no concerto das nações ditas *civilizadas*. Logo, ambas as experiências dialogam, contudo, no Brasil, a agentes históricos e interesses distintos daqueles outros modelos notamos um processo diverso. Não percamos de vista, ainda, a pluralidade e a diversidade existente no interior da História de cada sociedade.

Anexo I

Principais Acontecimentos durante o alvorecer da primeira República (1889/1914)

- **Deodoro na Presidência 1889/1891**
- **O Encilhamento**
- **A Primeira Constituição Brasileira (Republicana) 1891**
- **Floriano Peixoto na Presidência 1891/1894**
- **A Revolução Federalista**
- **Prudente de Moraes na Presidência 1894/1898**
- **Canudos**
- **Campos Sales na Presidência 1898/1902**
- **Política dos Governadores**
- **Rodrigues Alves 1902/1906**
- **Afonso Pena 1906/1909**
- **Convênio de Taubaté**
- **Nilo Peçanha 1909/1910**
- **Hermes da Fonseca 1910/1914**
- **Movimentos Sociais no campo**
- **Movimentos sociais urbanos**

Deodoro na Presidência 1889/1891

É interessante a informação de que Deodoro havia sido um importante servidor fiel ao imperador. Iniciou seu governo republicano em plena crise do Encilhamento, quando o Congresso elegeu Deodoro à presidência da República e Floriano a vice-presidência. Deodoro entrou em choque com o Congresso e atraiu suspeitas ao substituir o ministério, que vinha do governo provisório, por outro, sob comando de um tradicional político monárquico – o Barão de Lucena. Prometia para o futuro novas eleições e uma revisão da Constituição.

O Encilhamento

O primeiro ano da República foi marcado por uma febre de negócios e de especulação financeira conhecida como Encilhamento. Desde os últimos dias do Império, constatava-se que o meio circulante-quantidade de moeda circulante no país – era incompatível com as novas realidades do trabalho assalariado e do ingresso em massa de imigrantes.

Ao assumir o Ministério da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa baixou vários decretos com o objetivo de aumentar a oferta de moeda. A medida mais importante foi a que deu a alguns bancos a faculdade de emitir moeda.

Formaram-se muitas empresas, algumas reais e outras fantásticas. A especulação cresceu nas bolsas de valores e o custo de vida subiu fortemente.

No início de 1891 veio a crise, com a derrubada do preço das ações, a falência de estabelecimentos bancários e empresas. O valor da moeda brasileira, cotado em relação à libra inglesa, começou a despencar.

A Primeira Constituição da República Brasileira 1891

A primeira Constituição da República inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República Federativa liberal. Deste modo os Estados ficaram implicitamente autorizados a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias: as forças públicas estaduais. Tais atribuições eram de interesse dos Estados, sobretudo de São Paulo. Os Estados tinham, ainda, a faculdade de organizar uma justiça própria.

É importante lembrarmos que o poder federal não ficou totalmente sem poderes, o esvaziamento total do poder central era um risco, que, por diferentes razões, esses setores não queriam correr. A União ficou com os impostos de importação, com o direito de criar os bancos emissores de moedas, de organizar as forças armadas nacionais, entre outras atividades. Tinha ainda, a faculdade de intervir nos Estados para restabelecer a ordem, para manter a forma republicana federativa, e em outras situações.

A Constituição estabeleceu o sistema presidencialista de governo. Os ministros se tornaram pessoas de confiança do presidente, que podia nomeá-los e demiti-los livremente. Fixou-se o sistema de voto direto e universal, ou seja, suprimiu-se o censo econômico. Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos, excluídas certas categorias como os analfabetos, os mendigos, os praças militares. A Constituição não se refere às mulheres, mas foi considerado implicitamente que elas também não estavam aptas a votar.

Excepcionalmente os primeiros presidente e vice-presidente da República seriam eleitos pelo voto indireto da Assembléia Constituinte, transformada em Congresso comum.

Estado e Igreja passaram a ser instituições separadas, importantes funções antes atribuídas a Igreja Católica, foram atribuídas ao Estado. A república passa a só reconhecer o casamento civil, e os cemitérios passaram para as mãos da administração municipal. Outro

fator importante é a percepção da necessidade de integrar os imigrantes, o que levou a chamada grande naturalização. Por ela, tornaram-se cidadãos brasileiros os estrangeiros que, achando-se no Brasil a 15 de Novembro de 1889, não declarassem, dentro de seis meses após entrar em vigor a Constituição, o desejo de conservar a nacionalidade de origem.

1891: Renúncia de Deodoro e anteriormente o fechamento do Congresso. Outro elemento que marca este momento é a censura à imprensa. Trata-se do Estado de Sítio.

A perda de sustentação política deve-se principalmente a política econômica ruim (encilhamento). Percebe-se movimentos grevistas e a ameaça de uma revolta na Armada (Marinha). Mediante a fragilidade política decretou Estado de Sítio dando como justificativa garantir “*a paz, a ordem e a verdade das instituições republicanas*” (pp. 9 Manifesto: Presidente da República aos brasileiros).

Ainda segundo o presidente:

“o iminente perigo que ocorrem a conservação e estabilidade da forma republicana consagrada pela Constituição de 12 de Fevereiro do corrente ano.

Considerando que é da máxima urgência a talhar desde logo o movimento que, no sentido da restauração monárquica, para desonra e ruína da pátria, começa a operar-se e patentemente se revela ainda aos menos perspicazes.

Considerando (...) a salvação e segurança das novas instituições. (pp9 Atos do Presidente Ex.Deodoro)

Em suma lutas, ameaças à integridade nacional e Revolta da Armada colaboram para o processo que leva a renúncia de Marechal Deodoro e a vinda de Floriano Peixoto.

1891: Ante o ultimato do almirante Custódio de Melo, que tomou um navio e ameaçou atirar contra a cidade, o marechal Deodoro renunciou. Acabava o período que ficou conhecido como “*desgosto profundo*” no país quanto à ditadura, e o aparecimento de esperanças com relação ao governo seguinte. (PP.10 Doc. Jornal do Brasil).

Floriano Peixoto na Presidência 1891/1894 “Marechal de Ferro”

O êxito dos planos de Deodoro dependia da unidade das Forças Armadas, o que não ocorria, como vimos anteriormente, o que levou a renúncia de Deodoro e anteriormente ao fechamento do Congresso. O governo do “Marechal de Ferro” seria um governo tampão até a eleição do sucessor de Deodoro, contudo, o presidente deu uma interpretação bastante pessoal a este dispositivo constitucional.

Subiu ao poder o vice-presidente Floriano Peixoto que visava construir um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado, sobretudo no Exército e na mocidade

das escolas civis e militares. Essa visão chocava-se com a chamada “República dos fazendeiros”, liberal e descentralizada, que via com suspeitas o esforço do Exército e as manifestações da população urbana do Rio de Janeiro. Mas, ao contrário do que poderíamos supor, houve na presidência de Floriano um acordo entre o presidente e o PRP. A elite de São Paulo via na figura de Floriano a possibilidade mais segura de garantir a sobrevivência da República, a partir do poder central. Floriano, por sua vez, percebia que sem o PRP não teria base política para governar.

1891: Fim do Estado de Sítio promovido por Deodoro, no mesmo ano, situação política que deveria ter validade por dois meses. Floriano chega a declarar Estado de Sítio por medo da Revolta da armada, este deveria valer por 10 dias.

1892: Nota-se que desde 1902 existem fortes denúncias nos periódicos com relação às fraudes eleitorais. A fraude era associada à expressão “eleição por bico de pena”.

“O Jornal do Brasil cumpre o seu dever declarando que o resultado acima não pode exprimir a verdade, porquanto, pelos seus representantes que percorreram os vários locais em que se deviam efetuar as eleições, verificou que em quase todas as seções houve absoluta abstenção dos eleitores sendo, no entanto, afixados os boletins dando os resultados que acima publicamos. Quase se pode afirmar que às urnas não compareceram mil eleitores.” (pp4 Documento Jornal do Brasil).

A Revolução Federalista

Opunham-se de um lado os republicanos históricos, adeptos do positivismo, organizado pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), e, do outro lado, os liberais, que em março de 1892 fundaram o Partido Federalista. O partido defendia a revogação da Constituição estadual baseada nas idéias positivistas e a instauração de um governo parlamentar. Os republicanos baseavam-se na população do litoral e as serra, onde se encontravam muitos imigrantes.

A guerra civil entre os dois grupos foi conhecida como Revolução Federalista, começou em 1893 e só terminou dois anos e meio depois, já na presidência de Prudente de Morais. O resultado foram milhares de mortos, muitos degolados após terem sido aprisionados. O alto da revolução ocorreu no final de 1893 quando os federalistas se juntaram, em Santa Catarina, com os integrantes da Revolta da Armada. Esta se iniciou nos navios estacionados no Rio de Janeiro, tendo como causa as rivalidades entre o Exército e a Marinha e ressentimentos do almirante Custódio José de Melo.

Após a junção das duas forças, os federalistas avançaram sobre Santa Catarina e tomaram Curitiba. A partir daí, tiveram de recuar, concentrando-se no Rio Grande do Sul.

As tropas do governo federal tiveram apoio financeiro de São Paulo e de sua bem organizada Força Pública. Ao mesmo tempo a força de militares no governo foi declinando.

A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada demonstram a esperança de reatar o “fio condutor da legalidade” (pp.11 Doc. Jornal do Brasil), como mandava a constituição, mas, Floriano permaneceu na presidência.

Notamos claramente as forças federalistas atuando.

São interessantes os argumentos dados por um contemporâneo:

“Lutas, para não ser abatida e humilhada a Pátria, combater pelos princípios da liberdade, que a honra humana sagrou como primeiro atributo do nosso espírito e da nossa natureza; transmitir sem nodoa aos filhos o nome e a honra, dos avós que fizeram livre o governo do Brasil (...) Viva a Nação Brasileira! Viva a República! Viva a Constituição!” (custo José Mello, Capital Federal 6 de setembro 1893 In. Jornal do Brasilpp11).

“O que legitima a entrada de Floriano seria “reatar o fio da legalidade (...) respeitar a lei, mantendo ao mesmo tempo a ordem, deve ser naturalmente o seu primeiro empenho, (...) brevidade o Congresso levantando o estado de sítio e conseguintemente restituindo á representação todos os seus direitos, aos cidadãos todas as suas garantias e á imprensa toda a sua liberdade” (pp.11 “interinidade” In Jornal do Brasil).

Inicia-se esperança em *“presidentes eleitos pelo sufrágio direto da Nação ao terceiro mandato”* (pp11 Doc. Jornal do Brasil).

Prudente de Moraes na Presidência 1894/1898

A sucessão marcou o fim da presença de figuras do Exército na presidência da República, com exceção do Marechal Hermes da Fonseca, eleito para o período de 1910-1914. Além, disso, as atividades militares de maneira geral declinaram. O Clube Militar, que coordenava essas atividades, ficou fechado entre 1896 e 1901. Trata-se do primeiro civil eleito, contudo, sem aclamação popular.

O governo de Prudente de Moraes tornou aguda a oposição já existente na época de Floriano, entre a elite política e dos grandes Estados e o republicanismo jacobino, concentrado no Rio de Janeiro. Os jacobinos tiveram seus nomes derivados de uma das correntes predominantes na Revolução francesa. Formavam um contingente de membros da baixa classe média, alguns operários e militares atingidos pela carestia e as más

condições de vida. Acreditavam em uma República forte, capaz de combater as ameaças monarquistas. Deu fim a Revolução Federalista e em 1897 a Canudos. Foi conhecido por este ato como “pacificador”: Boa relação com militares, apesar de demitir seu ministro de guerra e expulsar do exército os líderes de um levante na escola militar.

Canudos (1893/1897)

Trata-se de um elemento que leva a um desequilíbrio do primeiro governo civil da República.

A pregação de Conselheiro concorria com a Igreja; um incidente sem maior importância, levou o governo da Bahia à decisão e dar uma lição aos “fanáticos”. Surpreendentemente a força baiana foi derrotada. Os jacobinos viam o dedo oculto dos políticos monarquistas em um dos episódios ligados às condições de vida do sertão e ao universo mental dos sertanejos. Percebido por muitos contemporâneos como tentativa de restauração da monarquia que seria inclusive financiado por potências estrangeiras. Essa fantasia era alimentada pelo fato de o Conselheiro pregar a volta da monarquia.

Uma expedição realizada sob comando do general Arthur Oscar, constituída de 8 mil homens e dotada de um moderno equipamento, arrasou o arraial em agosto de 1897, após um mês e meio de luta. Para os oficiais positivistas e os políticos republicanos, aquela tinha sido uma luta da civilização contra a barbárie. Na verdade, havia “barbárie” em ambos os lados.

Campos Sales na Presidência 1898/1902

A consolidação da República liberal foi completada com a sucessão de Prudente por outro paulista, Campos Sales (1898-1902). O movimento jacobino esfacelou-se e os militares, em sua maioria, voltaram para os quartéis.

A elite política dos grandes Estados, como SP à frente, tinha triunfado. Faltava, porém, criar um instrumento para que a República oligárquica, ou seja, a República de uns poucos, pudesse se assentar em um sistema político estável. Devemos lembrar que o grande papel atribuído aos Estados provocou em alguns deles lutas de grupos rivais. O governo federal aí intervinha, usando de seus controvertidos poderes estabelecidos na Constituição. O Poder Executivo encontrava dificuldade de submeter o Poder Legislativo, como pretendia.

Política dos Governadores

A partir das questões vistas anteriormente Campos Sales desenvolveu a denominada política dos governadores, um arranjo onde os objetivos podem ser assim resumidos: reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre a União e os Estados; por fim a hostilidade existente entre Executivo e Legislativo, domesticando as escolhas dos deputados. O governo central sustentaria assim os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República. Para ajudar a Câmara dos Deputados houve pequenas mais importantes modificações em seu regimento.

Desse modo, havia um presidente da Câmara, temporário e de confiança, influía na composição da comissão de verificação dos poderes, de modo a garantir mandato de deputado a quem representasse os grupos dominantes nos Estados e tendesse a ser fiel ao governo federal. Os não-merecedores desse tipo de confiança eram excluídos, ou “degolados”, como dizia a gíria da época.

- Questões Financeiras

O Governo republicano herdara do Império uma dívida externa que consumia anualmente grande parte do saldo da balança comercial. O apelo ao crédito externo utilizado com freqüência trouxe grande aumento desta crise.

No Governo de Campos Sales foi acertado o penoso *funding loan*, em junho de 1898, o que significa que um empréstimo de consolidação de uma dívida foi realizado. Na prática era um esquema para dar folga e garantir através de um novo empréstimo o pagamento dos juros e do montante de empréstimos anteriores. Ficaram suspensos os pagamentos de débito até junho de 1911. Em troca, o Brasil deu uma garantia aos credores às rendas da alfândega do Rio de Janeiro e ficou proibido de contrair novos empréstimos, até junho de 1901, contudo, nos anos seguintes o Brasil pagaria um pesado tributo por essas medidas, e outras que se seguiriam no governo de Campos Sales, gerando a queda da atividade econômica e a quebra de bancos e outras empresas.

É importante ressaltar que Campos Sales assume a presidência de um país falido, grandes despesas do início da República somada as despesas militares, com o combate à Canudos e Revolta Federalista levam a uma crise que atinge a todos os setores da sociedade.

Com a Política dos Estados, vista anteriormente, que fortalecia as oligarquias regionais, garantiu a provação de seu projeto para sanear as finanças públicas.

Graças a sua administração ficou conhecida como “Campos Selos”. Tratou-se de uma rígida política deflacionária que levou a um “engordamento” do tesouro, Campos Sales se preocupava em arrematar empréstimos com a Europa. O povo, contudo, empobreceu

significativamente. Ao deixar o Palácio do Catete o ex-presidente foi vaiado pelas ruas e apedrejado por populares.

Rodrigues Alves 1902/1906

O presidente eleito teve inicialmente seu nome associado a restrições, por seu passado monarquista, fora antigo Conselheiro do Império. Seu governo teve base em grandes reformas. Junto ao prefeito Pereira Passos foi responsável por inúmeras mudanças na face da Capital Federal, o lema era “modernizar”.

- ✓ “O Rio Civiliza-se”
- ✓ “Batalhões mata mosquito”
- ✓ “Bota abaixo”: Avenida Central (1904) Realizado sobre os escombros de velhas casas demolidas.

Destaca-se ainda neste governo o sanitarista Oswaldo Cruz que promoveu a vacinação obrigatória. Destaca-se a violência da Liga contra a Vacina obrigatória.

⇒ Manifestação popular

⇒ Rebelião Militar (cadetes influenciados pelos jacobinos e positivistas radicais.).

(Barricadas, levante, quebra de postes, queima de bondes, corte de comunicação entre outras ações.).

Na verdade a vacina era conhecida desde 1811, no governo de D. João, quando foi promovida a vacinação da Varíola no Rio de Janeiro. Entre os primeiros decretos da república está a vacinação obrigatória, lei não cumprida.

A referida reação foi primeiro contra Oswaldo Cruz e depois contra o governo. Nas palavras do jornalista da época sobre os acontecimentos acerca da chamada Revolta da Vacina:

"Houve de tudo ontem. Tiros, gritos, vaias, interrupção de trânsito, estabelecimentos e casas de espetáculos fechadas, bondes assaltados e bondes queimados, lampiões quebrados à pedrada, árvores derrubadas, edifícios públicos e particulares deteriorados."

- Gazeta de Notícias, 14 de novembro de 1904.

Rodrigues Alves tinha prestígio com militares, tratou-se de uma escolha presidencial realizada por gabinete e não por uma decisão popular, aliás, característica que perpassa a primeira república. Nas palavras de um contemporâneo:

“Ato eleitoral correu perfeitamente ignorado da população Uma eleição rendida ninguém soube do fato nem com isso se preocupou.”

Convênio de Taubaté

Para garantir a renda da cafeicultura chegou-se em fevereiro de 1906 há um acordo chamado Convênio de Taubaté, por ter sido celebrado nessa cidade paulista. Assinaram o acordo SP, MG e RJ. Os dois pontos básicos:

- Empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas para custear a intervenção do Estado no mercado, por meio da compra de café;
- Criação de um mecanismo destinado a estabilizar o câmbio. O governo queria comprar com os recursos externos as safras abundantes, fazendo estoques de mercadoria, para vendê-la no mercado internacional no momento oportuno.

No segundo semestre de 1908, o presidente Afonso Pena encaminhou ao Congresso Nacional mensagem solicitando a autorização para que a União fosse fiadora de um empréstimo de até 15 milhões de libras, que São Paulo pretendia contrair. A proposta foi aprovada. Os primeiros resultados do sistema surgiram em 1909. Os preços internacionais do café começaram a subir e se mantiveram em alta até 1912, graças à retração da oferta provocada pela “estocagem” e à diminuição do volume das safras.

Esta síntese mostra de forma reduzida as relações existentes entre SP e a União. Os paulistas tiveram meio de garantir a sua autonomia e de certa forma levar seus planos econômicos adiante. Mas a política cambial, de valorização do câmbio, da União agia desfavoravelmente, além disso, a garantia do governo federal podia ser imprescindível ou, pelo menos viria a facilitar a obtenção de empréstimos no interior.

Afonso Pena 1906/1909

Trata-se de um antigo conselheiro do Império, assim como o seu antecessor, sacraliza a política do ‘Café com leite’. Ele e seu vice, Nilo Peçanha, tendo sido eleitos através de convênio político.

Afonso Pena teve o governo tripulado pela discussão pela disputa sucessória. A Câmara discutia o direito dos militares participarem da vida política, abriu outra crise política que ameaçava que ocorresse na Primeira República a “Questão militar” que ocorreu no Império.

O marechal Hermes da Fonseca, ministro da guerra de Afonso Pena, demite-se e lança-se como candidato á sucessão presidencial. O episódio criou duas facções no meio político:

- ✓ Os hermetistas: que apoiavam o ex-ministro da Guerra
- ✓ Os civilistas: que defendiam a candidatura de Rui Barbosa.

Devemos lembrar que em 1909 entra no cenário político brasileiro a campanha civilista.

Afonso Pena morreu em 14 de julho de 1909, diz que em muito por consequência de pressões políticas.

Nilo Peçanha 1909/1910

Governando com o lema “paz e amor” que se traduzia em um governo de conciliação. Assume sobre uma efervescência política, com uma aparente neutralidade com relação à campanha civilista que acabou surtindo efeito indesejado: Foi atacado por grupos rivais durante comícios na Capital Federal.

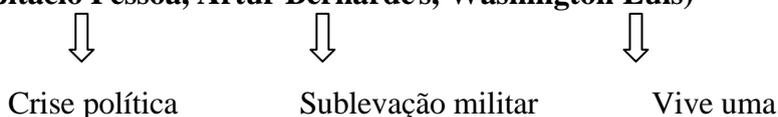
Como seu antecessor Nilo Peçanha deu ênfase na construção de ferrovias, mas procurou investir também em questões sociais. No seu governo foi criado o Serviço de Proteção ao Índio, sob a idéia de promover a “catequese dos silvícolas”.

Hermes da Fonseca 1910/1914

Assumiu a presidência em 15 de novembro de 1910, 7 dias depois ecoava na Bahia de Guanabara o primeiro tiro de canhão da Revolta da Chibata que ameaçava bombardear a Capital exigindo o fim de castigos corporais na Marinha. Embora os marinheiros revoltosos tenham sido inicialmente, em acordo, anistiados foram depois fuzilados ou deportados para a Amazônia.

O Marechal Hermes da Fonseca inicialmente com grande popularidade começa a sofrer críticas pela sua atuação na Revolta da Chibata. Na segunda fase a rebelião teve como fim um banho de sangue com mais de 500 mortos.

(Venceslau Brás, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes, Washington Luís)



PCB: 1922, maioria provinha do anarquismo, origem incomum na América Latina, onde a maioria resultou de cisões do Partido Socialista.

Bibliografia

* Bello, José Maria.” In. **História da república 1889-1954: Síntese de sessenta e Cinco Anos de Vida Brasileira.** 7ª Ed Companhia Editora Nacional São Paulo.

*Fausto,Boris In.**História do Brasil.**Edidora da Universidade de São Paulo,1999.

*O Álbum dos presidentes In Jornal do Brasil. Rio de Janeiro 15 de Novembro de 1989

*site: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>